



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

JOÃO PAULO II

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XXXV DIA MUNDIAL DA PAZ¹ DE JANEIRO DE 2002

**NÃO HÁ PAZ SEM JUSTIÇA
NÃO HÁ JUSTIÇA SEM PERDÃO**

1. Este ano o Dia Mundial da Paz é celebrado tendo como pano de fundo os dramáticos acontecimentos do passado dia 11 de Setembro. Naquele dia, foi perpetrado um crime de terrível gravidade: em poucos minutos milhares de pessoas inocentes, de várias procedências étnicas, foram horrorosamente massacradas. Desde então, por todo o mundo as pessoas tomaram consciência, com nova intensidade, da sua vulnerabilidade pessoal e começaram a olhar o futuro com um sentido, jamais pressentido, de íntimo medo. Diante deste estado de ânimo, a Igreja deseja dar testemunho da sua esperança, baseada na convicção de que o mal, o *mysterium iniquitatis*, não tem a última palavra nas vicissitudes humanas. A história da salvação, delineada na Sagrada Escritura, projecta uma grande luz sobre toda a história do mundo ao mostrar como sobre ela vela sempre a solicitude misericordiosa e providente de Deus, que conhece os caminhos para sensibilizar mesmo os corações mais endurecidos e alcançar bons frutos mesmo de uma terra árida e infecunda. Esta é a esperança que anima a Igreja no início do ano 2002: com a graça de Deus este mundo, no qual as forças do mal parecem uma vez mais triunfar, há-de realmente transformar-se num mundo em que as aspirações mais nobres do coração humano poderão ser satisfeitas, num mundo onde prevalecerá a verdadeira paz.

A paz: obra de justiça e amor

2. Os recentes acontecimentos, com os terríveis factos sangrentos aqui lembrados, estimularam-me retomar uma reflexão que frequentemente brota do mais íntimo do meu coração, quando lembro os acontecimentos históricos que marcaram minha vida, especialmente nos anos da minha juventude.

Os indescritíveis sofrimentos de povos e indivíduos, vários deles meus amigos e conhecidos, causados pelos totalitarismos nazista e comunista, sempre interpelaram o meu espírito e motivaram a minha oração. Muitas vezes me detive a reflectir nesta questão: *qual é o caminho que leva ao pleno restabelecimento da ordem moral e social tão*

barbaramente violada? A convicção a que cheguei, raciocinando e confrontando com a Revelação bíblica, é que não se restabelece cabalmente a ordem violada, senão conjugando mutuamente justiça e perdão. *As colunas da verdadeira paz são a justiça e aquela forma particular de amor que é o perdão.*

3. Mas, nas circunstâncias actuais, pode-se falar de justiça e, ao mesmo tempo, de perdão como fontes e condições da paz? A minha resposta é que *se pode e se deve* falar, apesar da dificuldade que o assunto traz consigo, e da tendência que há a conceber a justiça e o perdão em termos alternativos. Mas o perdão opõe-se ao rancor e à vingança, não à justiça. Na realidade, a verdadeira paz é « obra da justiça » (Is 32, 17). Como afirmou o Concílio Vaticano II, a paz é « fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça » (Const. past. *Gaudium et spes*, 78).

Há mais de quinze séculos que na Igreja Católica ressoa o ensinamento de Agostinho de Hipona, segundo o qual a paz, a ser conseguida com a colaboração de todos, consiste na *tranquillitas ordinis*, na tranquilidade da ordem (cf. *De civitate Dei*, 19, 13).

Por isso, a verdadeira paz é fruto da justiça, virtude moral e garantia legal que vela sobre o pleno respeito de direitos e deveres e a equitativa distribuição de benefícios e encargos. Mas, como a justiça humana é sempre frágil e imperfeita, porque exposta como tal às limitações e aos egoísmos pessoais e de grupo, ela deve ser exercida e de certa maneira completada com o *perdão que cura as feridas e restabelece em profundidade as relações humanas transtornadas*. Isto vale tanto para as tensões entre os indivíduos, como para as que se verificam em âmbito mais alargado e mesmo as internacionais. O perdão não se opõe de modo algum à justiça, porque não consiste em diferir as legítimas exigências de reparação da ordem violada; mas visa sobretudo aquela plenitude de justiça que gera a tranquilidade da ordem, a qual é bem mais do que uma frágil e provisória cessação das hostilidades, porque consiste na cura em profundidade das feridas que sangram nos corações. Para tal cura, ambas, justiça e perdão, são essenciais.

Estas são as duas dimensões da paz que desejo analisar nesta mensagem. O seu Dia Mundial oferece este ano, a toda a humanidade e de modo particular aos Chefes das Nações, a oportunidade de reflectir sobre as exigências da justiça e sobre o apelo ao perdão diante dos graves problemas que continuam a afligir o mundo, dos quais, não por último, *o novo nível de violência introduzido pelo terrorismo organizado*.

O fenómeno do terrorismo

4. É precisamente a paz baseada na justiça e no perdão que, hoje, é atacada pelo terrorismo internacional. Nestes últimos anos, especialmente após o fim da guerra fria, o terrorismo transformou-se numa rede sofisticada de conluios políticos, técnicos e económicos, que ultrapassa as fronteiras nacionais e se estende até abranger o mundo inteiro. Trata-se de verdadeiras organizações, dotadas frequentemente de enormes recursos financeiros, que elaboram estratégias em vasta escala, atingindo pessoas inocentes, de forma alguma envolvidas nos objectivos que se propõem os terroristas.

Usando os seus mesmos sequazes como armas para atingir pessoas incautas e indefesas, estas organizações terroristas manifestam de modo assustador o instinto de morte que as alimenta. O terrorismo nasce do ódio e gera

isolamento, desconfiança e retraimento. A violência atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes. *O terrorismo baseia-se no desprezo da vida do homem*. Precisamente por isso, dá origem não só a crimes intoleráveis, mas constitui em si, enquanto recorre ao terror como estratégia política e económica, *um verdadeiro crime contra a humanidade*.

5. *Existe, portanto, um direito a defender-se do terrorismo*. É um direito que deve, como qualquer outro, obedecer a regras morais e jurídicas na escolha quer dos objectivos quer dos meios.

A identificação dos culpados deve ser devidamente provada, porque a responsabilidade penal é sempre pessoal, não podendo por isso ser estendida às nações, às etnias, às religiões a que pertencem os terroristas. A colaboração internacional na luta contra a actividade terrorista exige também um empenho particular do ponto de vista político, diplomático e económico para resolver, com coragem e determinação, eventuais situações de opressão e marginalização que estejam na origem dos objectivos terroristas. O recrutamento dos terroristas, de facto, é mais fácil em contextos sociais onde os direitos são espezinhados e as injustiças longamente toleradas.

No entanto, deve-se afirmar claramente que as injustiças existentes no mundo jamais podem ser invocadas como desculpa para justificar os atentados terroristas. Além disso, deve-se assinalar que, entre as vítimas da derrocada radical da ordem intentada pelos terroristas, incluem-se em primeiro lugar os milhões de homens e mulheres menos preparados para resistir ao colapso da solidariedade internacional. Refiro-me especificamente aos povos em vias de desenvolvimento, que já vivem no limite ínfimo da sobrevivência e que seriam os mais dolorosamente atingidos pelo caos político e económico global. A falsidade da pretensão que se arroga o terrorismo de agir em nome dos pobres é patente.

Não se mata em nome de Deus!

6. Quem mata, com actos terroristas, cultiva sentimentos de desprezo pela humanidade, manifestando desespero pela vida e pelo futuro: nesta perspectiva, tudo pode ser odiado e destruído.

O terrorista considera a verdade em que crê ou o sofrimento que padece tão absolutos que legitimam a sua reacção de destruir inclusivamente vidas humanas inocentes. Por vezes, o terrorismo é filho de um *fundamentalismo* fanático, que nasce da convicção de poder impôr a todos a aceitação da sua própria visão da verdade. Mas a verdade, uma vez alcançada — e isto verifica-se sempre de forma limitada e imperfeita — jamais pode ser imposta. O respeito pela consciência alheia, na qual se reflecte a mesma imagem de Deus (cf. *Gn 1, 26-27*), permite apenas propôr a verdade ao outro, a quem compete depois acolhê-la responsabilmente. Pretender impôr aos outros com violência aquela que se presume ser a verdade, significa violar a dignidade do ser humano e, em última instância, ultrajar a Deus, de quem aquele ele é imagem. Por isso, o fanatismo fundamentalista é um comportamento radicalmente contrário à fé em Deus. Visto de outro modo, *o terrorismo instrumentaliza não somente o homem, mas também Deus*, acabando por fazer d'Ele um ídolo de que se serve para os seus próprios fins.

7. *Por isso, nenhum responsável das religiões pode ser indulgente para com o terrorismo e, muito menos, pregá-lo*. É profanação da religião proclamar-se terrorista em nome de Deus, cometer violência ao homem em nome de Deus. A

violência terrorista é contrária à fé em Deus Criador do homem, em Deus que cuida e ama o homem. E de modo particular, ela é totalmente contrária à fé em Cristo Senhor, que ensinou os seus discípulos a rezar: « Perdoai-nos as nossas ofensas, *assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido* » (Mt 6, 12). Seguindo a doutrina e o exemplo de Jesus, os cristãos estão convencidos de que usar de misericórdia significa viver plenamente a verdade da nossa vida: podemos e devemos ser misericordiosos, porque usou de misericórdia para conosco um Deus que é Amor misericordioso (cf. 1 Jo 4, 7-12). Aquele que nos redime mediante o seu ingresso na história e, através do drama da Sexta-feira Santa, prepara a vitória do dia de Páscoa, é um Deus de misericórdia e de perdão (cf. Sal 103(102), 3-4.10-13).

Aos que O criticavam por comer com os pecadores, Jesus assim se exprimiu: « Ide aprender o que significa: prefiro a misericórdia ao sacrifício. Porque não vim chamar os justos, mas os pecadores » (Mt 9, 13). Os seguidores de Cristo, baptizados na sua morte e ressurreição, devem ser sempre homens e mulheres de misericórdia e de perdão.

A necessidade do perdão

8. *Mas o que significa concretamente perdoar? E perdoar porquê?* Uma dissertação sobre o perdão não pode ignorar estas questões. Retomando uma reflexão que já tive ocasião de oferecer no Dia Mundial da Paz de 1997 (« Oferece o perdão, recebe a paz »), desejo recordar que o perdão, antes de ser um facto social, tem a sua sede no coração de cada um. Somente na medida em que se afirmam uma ética e uma cultura do perdão, é que se pode esperar numa « política do perdão », expressa em comportamentos sociais e instrumentos jurídicos, nos quais a mesma justiça assuma um rosto mais humano.

Na verdade, o perdão é primariamente uma decisão pessoal, uma opção do coração que vai de encontro ao instinto espontâneo de devolver o mal com o mal. Tal opção tem o seu termo de comparação no amor de Deus, que nos acolhe apesar do nosso pecado, e o seu modelo supremo no perdão de Cristo que do alto da cruz rezou: « Perdoa-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem » (Lc 23, 34).

O perdão tem pois uma raiz e uma medida divinas. Isto, porém, não exclui que se possa acolher o seu valor também à luz de considerações humanas razoáveis. A primeira delas deriva da experiência que o ser humano vive em si próprio quando comete o mal: ele apercebe-se então da sua fragilidade e deseja que os outros sejam indulgentes para com ele. Deste modo porque não fazer aos outros aquilo que cada um espera que seja feito a si próprio? Cada ser humano abriga dentro de si a esperança de poder retomar o percurso da vida sem ficar para sempre prisioneiro dos próprios erros e culpas. Sonha poder levantar de novo o olhar para o futuro, para descobrir ainda perspectivas de confiança e empenho.

9. Como acto humano, o perdão é antes de mais uma iniciativa individual do sujeito na sua relação com os seus semelhantes. Porém, a pessoa tem uma dimensão social essencial, que lhe permite estabelecer uma rede de relações com a qual se exprime a si mesma: infelizmente não só para o bem, mas também para o mal. Consequentemente, o perdão torna-se *necessário também a nível social*. As famílias, os grupos, os Estados, a mesma Comunidade internacional, necessitam de abrir-se ao perdão para restaurar os laços interrompidos, superar situações estereis de mútua condenação, vencer a tentação de excluir os outros, negando-lhes a possibilidade de apelo. *A capacidade de*

perdão está na base de cada projecto de uma sociedade futura mais justa e solidária.

Pelo contrário, a falta de perdão, especialmente quando alimenta o prolongamento de conflitos, supõe custos enormes para o desenvolvimento dos povos. Os recursos são destinados para manter a corrida aos armamentos, as despesas de guerra, as consequências das represálias económicas. Acabam assim por faltar os recursos financeiros necessários para gerar desenvolvimento, paz e justiça. Quantos sofrimentos padece a humanidade por não saber reconciliar-se, e quantos atrasos por não saber perdoar! *A paz é a condição do desenvolvimento, mas uma verdadeira paz torna-se possível somente com o perdão.*

O perdão, estrada mestra

10. A proposta do perdão não é de imediata compreensão nem de fácil aceitação; é uma mensagem de certo modo paradoxal. De facto, o perdão implica sempre uma *aparente* perda a curto prazo, mas garante, a longo prazo, um lucro *real*. Com a violência é exatamente o contrário: opta-se por um lucro de vencimento imediato, mas prepara para depois uma perda real e permanente. À primeira vista, o perdão poderia parecer uma fraqueza, mas não: tanto para ser concedido quanto para ser aceito, supõe uma força espiritual e uma coragem moral a toda a prova. Em vez de humilhar a pessoa, o perdão leva-a a um humanismo mais pleno e mais rico, capaz de reflectir em si um raio do esplendor do Criador.

O ministério que realizo ao serviço do Evangelho faz-me sentir vivamente o dever, e dá-me por sua vez a força, de insistir sobre a necessidade do perdão. É o que faço hoje, animado pela esperança de poder suscitar reflexões serenas e maduras que levem a *uma renovação geral no corações das pessoas e nas relações entre os povos da terra.*

11. Ao meditar sobre o tema do perdão, não é possível deixar de recordar algumas trágicas situações de conflito, que há demasiado tempo alimentam ódios profundos e dilacerantes, com a consequente espiral de tragédias pessoais e colectivas sem fim. Refiro-me, particularmente, àquilo que sucede na Terra Santa, lugar bendito e sagrado do encontro de Deus com os homens, lugar da vida, morte e ressurreição de Jesus, o Príncipe da paz.

A delicada situação internacional põe em destaque, com vigor renovado, a urgência da solução do conflito árabe-israelita, que perdura há mais de cinquenta anos, oscilando em fases mais ou menos agudas. O contínuo recurso a actos de terrorismo ou de guerra, que agravam a situação de todos e ensombram as perspectivas, deve dar finalmente lugar a uma negociação definitiva. Os direitos e as exigências de cada um poderão ser levados em devida consideração e contemplados equitativamente, se e quando prevalecer em todos a vontade de justiça e de reconciliação. Dirijo novamente àqueles amados povos o veemente convite a que se empenhem por uma nova era de mútuo respeito e colaboração construtiva.

Compreensão e cooperação inter-religiosa

12. Neste grande esforço, os líderes religiosos têm uma sua responsabilidade específica. As confissões cristãs e as grandes religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e incentivando *uma maior consciência da unidade do género humano.*

Trata-se de um campo concreto do diálogo e da colaboração ecuménica e inter-religiosa, colocando as religiões ao serviço da paz entre os povos.

De modo particular, estou convencido de que os líderes religiosos judeus, cristãos e muçulmanos devem tomar a iniciativa da pública condenação do terrorismo, recusando toda a forma de legitimação religiosa ou moral a quem dele participa.

13. Testemunhando unanimemente a verdade moral de que o assassinio deliberado do inocente é sempre um pecado grave, em toda a parte e sem excepções, os líderes religiosos do mundo favorecerão a formação de uma opinião pública moralmente correcta. Este é o pressuposto necessário para a edificação de uma sociedade internacional capaz de procurar a tranquilidade da ordem na justiça e na liberdade.

Um compromisso nesta linha por parte das religiões não deixará de conduzir à *estrada do perdão*, que leva à recíproca compreensão, ao respeito e à confiança. O serviço que as religiões podem prestar em prol da paz e contra o terrorismo consiste precisamente *na pedagogia do perdão*, porque o homem que perdoa ou pede perdão entende que existe uma Verdade maior do que ele e, acolhendo-a, consegue ele mesmo transcender-se a si próprio.

Oração pela paz

14. Precisamente por este motivo, a oração pela paz não é um elemento que « vem depois » do empenho pela paz. Pelo contrário, está no âmago do esforço para a edificação de uma paz na ordem, na justiça e na liberdade. Orar pela paz significa abrir o coração humano à irrupção da força renovadora de Deus. Com a força vivificadora da sua graça, Ele pode criar oportunidades para a paz mesmo onde pareça que existam somente obstáculos e retraimento; pode reforçar e ampliar a solidariedade da família humana, apesar de velhas histórias de divisões e lutas. Orar pela paz significa rezar pela justiça, por um recto ordenamento no âmbito das Nações e nas relações entre elas. Quer dizer também rezar pela liberdade, especialmente pela liberdade religiosa, que é um direito humano e civil fundamental de cada indivíduo. Orar pela paz significa rezar para alcançar o perdão de Deus e, ao mesmo tempo, crescer na coragem de que necessita quem, por sua vez, quer perdoar as ofensas sofridas.

Por todos estes motivos, convidei os representantes das religiões do mundo para virem a Assis, a cidade de São Francisco, no próximo dia 24 de Janeiro, rezar pela paz. Deste modo, queremos mostrar que o genuíno sentimento religioso é uma fonte inesgotável de mútuo respeito e de harmonia entre os povos: antes, nele reside o principal antídoto contra a violência e os conflitos. Neste tempo de grave preocupação, a família humana necessita que lhe sejam recordadas as razões seguras da nossa esperança. É isto mesmo que queremos proclamar em Assis, *pedindo a Deus Omnipotente* — conforme a sugestiva expressão atribuída ao mesmo São Francisco — *que faça de nós um instrumento da sua paz*.

15. *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão*: eis o que quero anunciar nesta Mensagem a crentes e não crentes, aos homens e mulheres de boa vontade, que têm a peito o bem da família humana e o seu futuro.

Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão: é o que quero lembrar aos que detêm as sortes das comunidades

humanas, para que nas suas graves e difíceis decisões, se deixem sempre guiar pela luz do verdadeiro bem do homem, na perspectiva do bem comum.

Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão: não me cansarei de repetir esta advertência a todos os que, por uma razão ou por outra, cultivam dentro de si ódio, desejo de vingança, propósitos de destruição.

Neste Dia da Paz, suba mais intensa no coração de todo o crente a prece por cada uma das vítimas do terrorismo, pelas suas famílias atingidas tragicamente, e por todos os povos que o terrorismo e a guerra continuam a ferir e a transtornar. Nem sejam excluídos do raio de luz da nossa oração aqueles que ofendem gravemente Deus e o homem, através destes actos desumanos: seja-lhes concedido entrar em si próprios e tomar consciência do mal que fazem, abandonando qualquer propósito de violência e procurando o perdão. Possa a família humana, nestes tempos tormentosos, encontrar paz verdadeira e duradoura, aquela paz que só pode nascer do encontro da justiça com a misericórdia!

Vaticano, 8 de Dezembro de 2001

IOANNES PAULUS PP. II